



O CENÁRIO DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER EM CLUBES SÓCIO-RECREATIVOS

Marcos Ruiz da Silva
Mestre em Educação Física-UFPR.

RESUMO

Os clubes sócio-recreativos constituem a base do esporte amador da estrutura esportiva do Brasil. Sua administração depende da interlocução entre dois agentes, um com a função diretiva e assim, a formulação de políticas, e o outro com o objetivo de operacionalizá-las. A compreensão de aspectos teóricos sobre a sociologia do esporte contribui para que os administradores tenham com melhor clareza o entendimento das propostas filosóficas de cada dimensão do esporte e assim desenvolver estratégias de desenvolvimento da cultura esportiva.

ABSTRACT

The social and recreational clubs are the basis of the structure of the sport amateur in Brazil. His administration depends on dialogue between two agents, one with the directive function and thus the formulation of policies, and the other with the goal of effect them. The understanding of theoretical aspects on the sociology of sport contributes to that board members have better clarity with the philosophical understanding of the proposals of each dimension of the sport and to develop strategies for development of sports culture.

1. INTRODUÇÃO

Os clubes sócio-recreativos são manifestações oriundas da mobilização de diferentes grupos sociais, que a partir da metade do século XIX iniciaram um processo de formalização das iniciativas de convivência no lazer. Com grande destaque na iniciativa dos imigrantes, em especial os alemães, esse tipo de manifestação espalhou-se por todo o Brasil com maior intensidade até a metade do século XX. São instituições representativas de segmentos diversos, como: operários, professores, bancários, militares, grupos determinadas classes sócio-econômicas, imigrantes e outros (Ruiz da Silva, 2007).

Apesar das propostas de lazer oferecidas aos associados dependerem do direcionamento da administração de cada instituição, é comum aos clubes a predominância das atividades esportivas. Com voleibol, basquetebol, punhobol, judô, karate, futebol, natação, e outras, fazem parte da rotina dos associados, seja como prática informal, em cursos, campeonatos internos e ou externos.

Tratando especificamente das questões que envolvem o desenvolvimento de estratégias com intuito de promover ou direcionar a vida esportiva e a prática de lazer em geral nos clubes, nos deparamos com uma configuração bem distinta. Pois, encontramos um ambiente de constituição privada, sem fins lucrativos, administrado por uma diretoria voluntária, eleita através do voto direto do quadro associativo.

Podemos aproximar essa disposição ao formato dos órgãos públicos na perspectiva de que encontramos dois níveis administrativos. Nos quais temos os níveis estratégicos, responsáveis por fornecer as diretrizes, ocupadas por um profissional indicado pelos compromissos políticos assumidos em campanha, que necessariamente não tem formação e nem envolvimento profissional direto com a área esportiva. E um outro profissional no nível tático, que seria o técnico com formação e experiência na área específica, contratado geralmente sob o regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Considerando essas duas posições podemos acreditar que a vida esportiva oportunizada aos associados está condicionada a atuação desses dois profissionais, onde vemos de um lado a necessidade de contar com a vontade política do administrador em promover o desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento do esporte; seu conhecimento sobre a área; os aspectos filosóficos partidários influenciando sobre o assunto; os compromissos políticos assumidos em campanha e outras disposições. Do outro lado, o técnico, por sua vez, necessita de conhecimento teórico e compromisso político para com a área específica e também conhecimentos sobre administração.

Dessa forma podemos imaginar um possível conflito de posicionamento entre os dois profissionais, visto que a ação política pode estar mais direcionada por promessas de campanhas e vínculos com os diferentes grupos de poder que apoiaram a candidatura do partido, pois, da mesma forma que o político de carreira, que exerce cargos públicos com salário para isso, ele passa por um processo eleitoral, havendo disputas e campanhas políticas. E nessas campanhas é possível observar as articulações com grupos de influência, promessas, às vezes, para o favorecimento de uma minoria, refletindo diretamente nas decisões do dia a dia da instituição, muitas vezes reforçada por compreensões restritas do objeto em específico, distanciada dos objetivos e princípios filosóficos que estariam a prática esportiva ou de lazer no desenvolvimento de uma determinada população. Ao passo que o profissional contratado no nível tático deve pautar sua atuação profissional conduzido por preceitos teóricos que envolvem a área.

Essas considerações podem ser agravadas para os clubes sócio-recreativos em relação a um órgão público. Visto que, o administrador político no clube não realiza essa função como sua principal atividade profissional em virtude de exercê-la de forma voluntária, ou seja, sem qualquer vínculo empregatício ou remuneração, utilizando uma parcela de seu tempo livre para se dedicar a assuntos pertinentes à área em que foi designado.

Esse cenário político-amador e administrador-amador que encontramos nos clubes sócio-recreativos sugere diversas questões sobre a vida esportiva e de lazer nesses ambientes, como: existe política de esporte e lazer nos clubes sócio recreativos? Como é estruturada a política de esporte e lazer nos clubes? Quais diretrizes devem nortear uma política de esporte e lazer nos clubes sócio-recreativos? Como são administrados o esporte e

lazer em clubes sócio-recreativo e a influencia do ambiente político na estruturação das diretrizes? Como reflete a ação política na administração de um clube sócio-recreativo na constituição do hábito e comportamento das pessoas?

Com isso, conseguir interpretar as variáveis, esporte, administração e política nos clubes sócio-recreativos e as conseqüências em uma relação de interinfluências, permitirá uma compreensão mais ampla sobre o universo da vida associativa nesses ambientes e entender de forma mais clara o porque dos contornos existentes nos hábitos e comportamentos dos associados na apropriação das práticas esportivas e de lazer.

Podemos, a partir dessa leitura, pensar em possíveis encaminhamentos na construção de políticas que permitam uma melhor relação entre o técnico-profissional e o político-administrador, favorecendo um trabalho pautado em planejamento a partir de referencial teórico. O que por sua vez poderia evitar investimentos financeiros e esforços em obras ou projetos desarticulados das reais necessidades do quadro associativo.

Acreditamos que tais posturas também contribuirão para estruturar diretrizes que não se percam a cada eleição onde possa ser alterada a diretoria eleita.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Descrever as possíveis influências na construção de diretrizes para o desenvolvimento do esporte e lazer nos clubes sócio-recreativos, provocadas pela relação entre uma administração política-amadora e técnico-administrativa.

a. Objetivos Específicos

- i. Descrever como se processa a administração nos clubes sócio-recreativos.
- ii. Estabelecer possíveis diretrizes que possam permear uma política de desenvolvimento do esporte nos clubes sócio-recreativos;
- iii. Verificar como a administração pode influenciar nos hábitos e comportamentos dos associados na prática do esporte e lazer dentro dos clubes sócio-recreativos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Administração de clubes sócio-recreativos.

Para podermos tratar da administração dos clubes sócio-recreativos, vamos considerar que são cargos administrativos ou gerenciais aqueles que diretamente apresentam ligados às suas atividades outras pessoas de quem dependem para a sua realização.

Dessa forma, a composição da estrutura administrativa de um clube sócio-recreativo pode ser disposto em níveis que são geralmente classificados em três: a alta administração

ou diretoria, estando no nível mais alto do organograma. No nível intermediário encontra a administração média ou gerência. E por último, o nível operacional sendo os cargos de coordenação, supervisão e ou chefia (Silva, 2002).

Considerando os papéis de cada nível hierárquico, encontramos a alta-administração ou diretoria que responde pelo direcionamento maior e pelas operações da organização. Ela é geralmente representada pelo presidente, vice-presidente e os diretores.

É de responsabilidade da diretoria, também, desenvolver políticas, estratégias e estabelecer metas para a organização como um todo. Esta estabelece os objetivos (que serão desmembrados em metas) e os repassam aos níveis hierárquicos mais baixos, até os níveis operacionais da organização. (Silva, 2002).

Todos os diretores dos clubes sócio-recreativos são cargos políticos, nos quais são disputados em eleições, por um mandato que varia entre dois a três anos, conforme o estatuto da instituição.

As chapas, como é chamado o grupo que se constituem na disputa da direção da empresa - que se pensássemos na esfera pública poderíamos denominar de partidos políticos - são formadas por associados titulares com idade superior a 18 anos que disputam, através do voto direto dos associados proprietários do título, a direção do clube.

A composição da diretoria depende do tamanho e da complexidade da empresa e também da estratégia política da chapa concorrente, podendo entre uma gestão e outra alterar a composição dos cargos diretivos.

Numa empresa de grande porte, a alta administração compreende o executivo principal, o presidente ou diretor geral e os diretores, logo abaixo. Acima do cargo executivo principal, não há outros ocupantes de cargos com poder executivo. No entanto, os executivos principais e os diretores muitas vezes não administram sozinhos e compartilham sua autoridade por meio de alguma forma de administração colegiada (Maximiliano, 2000)).

No caso dos clubes, essa administração colegiada é composta por uma Assembléia Geral, como órgão normativo, deliberativo e decisório de última instância. Pelo Conselho Deliberativo, que é o órgão deliberativo e decisório de segunda instância. Também pelo Conselho Diretor, órgão executivo, normativo no âmbito de suas atribuições e decisório em primeira instância. E por último pelo Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da execução orçamentária e da gestão financeira. O que na prática esses órgãos colegiados fazem parte da alta administração, junto com o executivo.

A média administração ou gerência, como em geral é conhecida em muitas empresas como gerência de departamento, ou gerência de setor, tem na sua responsabilidade a tarefa de planejar, organizar, dirigir e avaliar as atividades de seu setor ou departamento.

Fazendo o elo entre a direção e a administração operacional coordenando as atividades deste último, os gerentes têm a responsabilidade de determinar que produtos ou serviços serão providos ao quadro associativo, estipulando que público-alvo será alcançado. E também que estratégias gerais e políticas serão transformadas em metas para a atividade da administração do nível operacional. (Silva, 2002)

A administração operacional, ou coordenação está diretamente responsável pela execução serviços, cuidando dos especialistas, técnicos, professores, e outros profissionais envolvidos. De todos os níveis administrativos, a supervisão é o mais relacionado com a execução das atividades do dia-a-dia da organização.

Outra maneira de classificar os níveis administrativos é considerar um plano estratégico que corresponde à alta administração, pois determina os objetivos de longo prazo e a direção para a organização como um todo. O plano tático que corresponde à gerência, pois coordena e decide que produtos ou serviços serão produzidos e ou realizados. E o operacional que corresponde à supervisão, pois coordena a execução das tarefas de todo pessoal operacional (Maximiliano, 2000).

Um ponto importante para melhor compreendermos a funcionalidade da estrutura administrativa de um clube é esclarecer quais são as habilidades ou destrezas específicas correspondentes a cada nível administrativo.

Dessa forma, podemos considerar basicamente três tipos de habilidades para que o administrador possa atuar eficazmente no processo das suas atividades, variando o grau de intensidade conforme a posição hierárquica ocupada no organograma da empresa.

As habilidades técnicas são aquelas relacionadas ao desempenho de funções ou trabalhos especializados dentro da organização; consistem no conhecimento, métodos técnicos e equipamentos para a realização de tarefas específicas. As habilidades humanas são aquelas relacionadas ao tratamento com pessoas, e consistem na capacidade e discernimento para trabalhar com pessoas, compreendendo suas atitudes e motivações, exercendo a liderança. As habilidades conceituais são as relacionadas à capacidade de ver a empresa de maneira total e consistem na capacidade de compreender as complexidades da organização, de modo global, e promover o ajustamento do comportamento dos participantes da organização (Maximiliano, 2000).

Para podermos estabelecer intensidade da habilidade em cada nível de administração, podemos relacioná-la com a responsabilidade para com a execução da tarefa a ser realizada. Dessa forma é possível afirmar que é necessária pouca quantidade de habilidade técnica, mas grande quantidade de habilidade conceitual para a diretoria ou alta administração. A média administração ou gerência necessita relativamente menor quantidade de habilidade conceitual do que a alta administração, porém, a necessita em maior quantidade do que a supervisão. (Maximiliano, 2000).

A administração operacional, por outro lado, necessita de grande quantidade de habilidades técnicas, por causa da necessidade de resolução rápida dos problemas operacionais que dependem mais do conhecimento técnico do que de qualquer outra variável. (Maximiliano, 2000).

As habilidades humanas são fortemente exigidas, em todos os níveis hierárquicos da organização; no entanto, quando ocorre um crescimento hierárquico, as habilidades humanas se deslocam de intragrupal para intergrupais.

3.2. Esporte: abrangência e influência na construção dos hábitos das pessoas.

Quando se aborda a questão do esporte, principalmente relacionada à formulação de políticas de atuação, um primeiro aspecto a considerar é exatamente a sua abrangência e

seu entendimento para que se possam estruturar as estratégias de ação a partir do tratamento que será dado ao objeto, considerando seu objetivo fim.

Podemos entender que o esporte é um fenômeno social gerado historicamente, e que em cada época da sociedade ganhou significados distintos, quanto sua prática ou consumo, seja ela de aprendizagem, de treino, de competição, de prática regular, de recreio e de tantas outras identificadas nas abrangências das dimensões sociais do esporte.

Deste modo o esporte pode ser compreendido nas dimensões educativas, na participação das pessoas comuns e também no rendimento como sugere o Ministério do Esporte, isto é, do esporte-educação, esporte-participação e do esporte-performance ou de alto rendimento. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005)

O esporte educação, entendido no processo educacional de formação das pessoas, deve também ser considerado como um caminho essencial para o exercício pleno da cidadania no futuro individual dessas pessoas, cuja responsabilidade deve ser assegurada pelo Estado. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005)

Praticado nos sistemas de ensino, no âmbito curricular da educação física ou como atividade extracurricular, tem como finalidade sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, voltado para o crescimento e desenvolvimento humano, com o fim proporcionar o prazer, a evolução da consciência, a construção da cidadania e a introdução de uma cultura de lazer (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005).

A dimensão social do esporte referenciado com o princípio do prazer lúdico, e que tem como finalidade o bem-estar social dos seus praticantes trata do esporte-lazer ou recreativo, que ocorre em espaços não comprometidos com o tempo e fora das obrigações da vida diária, de um modo geral, tem como propósitos a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações entre as pessoas. Tem na participação o aspecto social mais relevante, pois exerce papel decisivo em todo processo que tem como finalidade maior a democratização, a melhoria da qualidade de vida (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005).

Entretanto, o esporte-lazer não pode ser entendido de maneira restrita, ou seja, como oportunidade de refazer energia para poder aumentar a produção; como válvula de escape para aliviar as tensões diárias; ou como oportunidade de resolver os problemas sociais como delinquência e marginalidade. Mas como ação essencial de livre ocupação dos momentos de ócio, para servir de base para o crescimento e desenvolvimento social e político. Pois na medida em que começar a promover a aproximação das pessoas começará também a provocar o debate e a estimular as ações a serem desenvolvidas em horários ociosos das escolas, nas ruas e praças, nos clubes e associações de bairro.

Por sua vez, o esporte performance ou de alto rendimento, traz consigo os propósitos de novos êxitos esportivos, a vitória sobre adversários nos mesmos códigos, sendo exercido sob regras preestabelecidas pelos organismos nacionais e internacionais de cada modalidade. Há uma tendência natural para que seja praticado principalmente pelos chamados talentos esportivos. É também a dimensão social que propicia os espetáculos esportivos. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005)

Nessa perspectiva o Esporte-rendimento deve ser pensado como trabalho e as suas implicações sociais, culturais e política. Precisa proporcionar retorno, quer como consequência do aumento de venda, que como institucionalização de uma imagem positiva, de qualidade. Não se pode esquecer também que quando se fala de rendimento, de qualidade, de negócio começa-se a falar de talentos, de seleção. Portanto, começa-se a falar de elitização, pois deixa de ser para todos e passa a ser privilégio apenas para alguns, podendo comprometer de forma sensível os princípios democráticos.

O esporte-rendimento precisa ser focado como espetáculo, negócio, qualidade, como produto da ação integrada do Estado com a iniciativa privada, com finalidade de conquistar resultados, integrar pessoas e as comunidades e institucionalizar imagem de qualidade.

Contudo, a política que poderá constituir em espaço de desenvolvimento humano deve estar vinculado as três esferas do esporte (educação-lazer-rendimento), pois a interdependência existente entre elas garantem o desenvolvimento do esporte.

Enquanto o esporte educação e participação geram a quantidade de praticantes contribuindo para a construção de valores para o hábito esportivo, fornecendo assim uma maior possibilidade de escolha pela qualidade e quantidade para o esporte de rendimento, o esporte espetáculo gera receitas, abre fronteiras e favorece através do fenômeno chamado efeito-imitação, o modelo, incentivando a participação, como pôr exemplo o, exerce grande influência no esporte popular.

Para a elaboração de diretrizes que possam auxiliar um plano político de desenvolvimento da prática esportiva em um clube sócio-recreativo, levamos em conta a dimensão apresentada pelo Ministério do Esporte quando, o mesmo, trata do assunto nas perspectivas educacional, participação e rendimento, com duas premissas fundamentais: a democracia do esporte enquanto elemento da cultura de um povo e a melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, consideramos democratizar o esporte como assegurar a igualdade de acesso à prática esportiva para todas as pessoas.

Entretanto, para que seja caracterizado como um meio de democratização, é necessário que não seja entendido como um bem de consumo, que as minorias não sejam priorizadas em detrimento da diversidade de pessoas que possam ser atendidas, como as crianças, os jovens, adultos, idosos, independente do gênero ou da condição física apresentada. Pois, esta percepção distorcida e reducionista, não permitirá que o fenômeno esporte chegue a usar o seu potencial de meio cultural para o desenvolvimento de seus praticantes.

Contudo, é necessário alertar sobre os possíveis efeitos negativos e ou positivos que possam causar a utilização do esporte por parte da administração do clubes, caso os fins não estejam claros, ou ainda, se os mesmos forem objetos de promoção individual ou de um grupo específico.

Isto porque os gostos esportivos são dependentes dos usos diferenciados do corpo nas práticas esportivas, as quais são marcadas pôr representações que induzem modelos de prática, segundo os lugares que se ocupa no espaço das posições sociais e também segundo a imagem dominante dos padrões feminino e masculino nesta mesma posição social. (TUBINO, 1991).

Os hábitos de lazer são, em grande escala, determinados pelos diversos agentes socializadores, particularmente pelos meios de comunicação de massa, moldando tendências que se caracterizam muito mais por uma atitude consumatória de eventos/atividades do que pelas vivências consciente de uma experiência que transcenda a mediocridade do senso comum, na busca do pleno desenvolvimento pessoal e social.

A propagação das influências causadas pelas práticas esportivas nos clubes sócio-recreativos podem ultrapassar as questões da opção da atividade escolhida, seja para ocupar seu tempo livre, ou ainda para uma prática mais aprimorada enquanto profissional, com a possibilidade de provocar mudanças nas formas de morar, no processo educativo, no trabalho e nas relações com familiares e grupos não pertencente ao mesmo núcleo no qual o associado teve a oportunidade de adquirir o hábitos esportivos (LUCENA, 2001).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades quantitativas de vivências da prática esportiva em um clube sócio-recreativo estão condicionadas a estrutura física disponível. Porém, a qualidade dessa prática está intimamente ligada à forma com que é entendido o esporte e como ele é tratado nas esferas administrativas.

Encontramos nessas entidades de prática esportiva duas situações bem distintas de administradores que respondem pelo destino das políticas desenvolvidas. De um lado a Direção, que é um cargo político, com a função de definir políticas. E do outro as administrações gerenciais e operacionais com a função de definir as metas e executá-las, respectivamente.

Devido o cargo Diretivo ser ocupado por um profissional que exerce essa função voluntariamente, no tempo que lhe resta após as obrigações profissionais e pessoais, é primordial que o profissional contratado para a função administrativa tenha competência técnica para executar os planejamentos e também conceitual, para fornecer subsídios que possam auxiliar na construção das propostas de desenvolvimento do esporte nesses ambientes.

Considerando os clubes sócio-recreativos enquanto um equipamento específico de lazer, ou seja, um ambiente que foi concebido para a realização das práticas lúdicas realizadas no ambiente do tempo disponível de seu quadro associativo, vemos que a compreensão das finalidades dos esporte-participação e o esporte de alto rendimento que irão permear as diretrizes na elaboração de políticas para o esporte.

É necessário, entretanto, estar ciente das influências que as propostas políticas têm na construção do modo de vida das pessoas dentro e fora da esfera dessas instituições, para que seja compreendido o compromisso que a administração tem para com a qualidade de vidas de seus associados,

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas, SP: Autores Associados. CBCE, 2001.

RUIZ DA SILVA, Marcos. **Lazer nos clubes sócio-recreativos de Curitiba/PR: a constituição de práticas e representações sociais.** Dissertação (2007). Mestrado em Educação Física. Universidade Federal do Paraná-UFPR.

MAXIMILIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada:**2º ed. São Paulo: Atlas,2000.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política Nacional do Esporte.** Governo Federal. 2005.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração.**São Paulo:PioneiraThomson Learning,2001

TUBINO. Manoel José Gomes. **As dimensões sociais do esporte.** São Paulo. SP. Cortez. Autores Associados, 1992.